

O JORNAL “BEIJO DA RUA” CONSTRUINDO NOVOS VALORES PARA TRABALHADORAS SEXUAIS NO BRASIL

THE NEWSPAPER “BEIJO DA RUA” BUILDING NEW VALUES FOR SEX WORKERS IN BRAZIL

BÁRBARA REBEKA GOMES DE LIRA¹



Resumo

Com este trabalho, buscou-se valorizar as experiências de lutas dos movimentos sociais de trabalhadoras sexuais no Brasil por meio do jornal “Beijo da Rua”, fundado no ano de 1988, o impresso surgiu da urgência de enfrentar os estereótipos e estigmas construídos historicamente na vida de trabalhadoras do sexo por meio dos saberes e discursos hegemônicos, reforçados cotidianamente com o auxílio da grande imprensa brasileira. O jornal *Beijo da rua* portanto, surge como uma resposta de resistência aos estigmas impostos a essas trabalhadoras, e ajuda no processo de construção de novos valores e significados para seus trabalhos e suas vidas enquanto mulheres trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalhadoras do sexo. Prostitutas. Movimentos sociais. Imprensa. Beijo da rua.

Abstract

With this work, we sought to value the experiences of struggles of social movements of sex workers in Brazil through the newspaper “Beijo da Rua”, founded in 1988. The printed material emerged from the urgency of facing the stereotypes and stigmas historically constructed in the life of sex workers through hegemonic knowledge and discourses, reinforced daily with the help of the large Brazilian press. Therefore, the “Beijo da Rua” newspaper emerges as a resistance response to the stigmas imposed on these workers and helps in the process of building new values and meanings for their work and their lives as working women.

Keywords: Sex workers. Whores. Social movements; Press. Beijo da Rua.

Introdução

Neste artigo, objetiva-se destacar as lutas dos movimentos sociais de trabalhadoras do sexo para a construção de novos valores para o trabalho sexual e suas

¹Doutoranda em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista Fapeam. Mestre pela mesma instituição. E-mail: barbaralira8@gmail.com



trabalhadoras, e para isto será utilizada como principal fonte de análise a edição “zero” do jornal “Beijo da rua”, de 1988².

Vale ressaltar, que existe um forte interesse em resgatar da primeira à última edição do impresso, como uma forma de contribuir para a constituição do acervo da Associação de trabalhadoras do sexo da cidade de Manaus, As Amazonas³, bem como contribuir com o trabalho de futuros historiadores e historiadoras, facilitando assim a acessibilidade das fontes referentes aos movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores do sexo.

A articulação do jornal “Beijo da rua” foi iniciada em julho de 1987, paralelamente com a criação da primeira Associação de Prostitutas no Brasil, na vila Mimosa, Rio de Janeiro. No mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, tendo como tema norteador a “violência policial”. O encontro contou com 11 estados brasileiros sendo representados, que inclusive apoiaram e endossaram a proposta de criação de um jornal que visibilizasse a representatividade dessas mulheres enquanto trabalhadoras e principalmente enquanto agentes políticos. E, no ano seguinte, em 1988 foi lançada a primeira edição do jornal, na cidade do Recife, onde foi realizado o primeiro Encontro de Prostitutas do Nordeste (LENZ, 2015, p. 1-3).

Fundado por Gabriela Leite⁴ e sendo editado por Flávio Lenz, o jornal foi apresentado e distribuído no Encontro Nacional, também para a comunidade da zona e para as profissionais do sexo. Inclusive as edições que tenho em mãos desse jornal foram disponibilizadas através da associação de profissionais do sexo de Manaus, batizada de “As Amazonas”.

Maria do Rosário Peixoto nos orienta para a necessidade de termos sensibilidade e habilidade para questionar como os agentes sociais viveram e pensaram suas próprias existências (PEIXOTO, 1990, p. 9-11). Esta obra caminha lado a lado com a obra de Edward Thompson e sua noção de experiência. O autor explica, que dentro dos

² Encontrei algumas partes da primeira edição digitalizada na rede e em trabalhos anteriores sobre o jornal como: LENZ, Flávio. **Transgressões no imaginário da prostituição nos desfiles-trottoir da grife Daspu**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. O jornal pode ser encontrado integralmente na Rede Brasileira de Prostitutas e também no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

³ As Amazonas, associação de profissionais do sexo do Estado do Amazonas, fundada em 2008 com apoio da Rede Nacional de Prostitutas e o Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará – Gempac.

⁴ Uma das fundadoras da primeira Associação de Prostitutas no Brasil, na vila Mimosa Rio de Janeiro e uma das fundadoras da Rede Nacional de Prostitutas. Ver: LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Editora: Objetiva, Rio de Janeiro. 2009.



sujeitos históricos estão inseridos agitações e acontecimentos que por momentos se chocam e transpassam contra a consciência social existente, isto é, os sujeitos se transformam e se reinventam, no tempo e no espaço por meio à experiência, que para o autor vem a ser uma categoria imperfeita, porém indispensável a nós, historiadoras e historiadores (THOMPSON, 1981, p. 15-17).

Peixoto (1990) em sua introdução, também cita Walter Benjamin para lembrar que a trama dos historiadores é construída com os fios da experiência. A autora deixa claro seu compromisso com o presente, e é com este compromisso que convido leitores e leitoras a refletir o processo de construção de novos valores para as trabalhadoras do sexo no Brasil.

Outra contribuição importante, - já que neste texto tratarei especificamente do jornal da categoria de Profissionais do sexo – é a citação da obra das professoras Maria do Rosário e Heloisa de Faria (CRUZ; PEIXOTO, 2007) que nos orienta a perceber a imprensa não como um reflexo de realidades, mas sim como uma prática integrante da realidade social, que constroem pensamentos, ações, determinam papéis sociais e compartilham ideias e representações definidas por seus interesses (políticos, sociais e culturais). Afinal, a imprensa demarca espaços, temas, conceitos, opiniões e generalizações. As autoras esclarecem de forma categórica o uso dos jornais como fonte de pesquisa: “A imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-262).

Claramente não se trata de uma imprensa convencional, e sim um jornal alternativo que representa uma prática contra hegemônica a uma imprensa que no século passado e presente elaborou as mais caricatas e fantasmagóricas representações sobre mulheres prostitutas⁵. O “Beijo da rua” vem enfrentar os discursos hegemônicos construídos sobre os corpos femininos.

De acordo com Flávio Lenz (2015), Gabriela Leite estava inserida em atividades do Instituto de Estudos da Religião (ISER), uma Organização não governamental (ONG) que atuava conjuntamente com a militância de prostitutas na época, no qual foi firmado

⁵ Ver meu trabalho anterior de mestrado: LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925). 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014; Em São Paulo uma grande referência sobre a temática: RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.



o Programa Prostituição e Direitos Civis, organização precursora no movimento e lutas de profissionais do sexo no Brasil. Foi neste cenário que nasceu o jornal. Foi criado um concurso para escolha do nome do impresso, participando da escolha, profissionais do sexo, funcionários da ONG, entre outros envolvidos. Entre as várias sugestões (Batom carmim e Maria-sem-vergonha) estava o “Beijo da rua”.

A rua é espaço de trabalho, assim como também é espaço de múltiplas formas de sociabilidades. Ela não é só palco, mas também pode ser protagonista. Nas ruas, transitam e ocupam trabalhadores e trabalhadoras das mais variadas áreas. O beijo é da rua! Para a rua, para dentro das casas, das universidades, das ruas para todas e todos nós.

É um jornal que buscou transformar e ensinar percepções sobre o universo do trabalho sexual, para além daquelas representações fantasmagóricas de suas trabalhadoras, nem vítimas, nem vilãs, o jornal busca nos ensinar a perceber as prostitutas não como a “*femme fatale*”, representação construída na virada do século XIX para o XX pelos discursos e saberes hegemônicos masculinos, mas sim, percebê-las como mulheres comuns e trabalhadoras que lutam pelo direito de ter direitos.

Em dezembro de 1988 foi inaugurado o impresso que entrou para a história da categoria de trabalhadoras sexuais do país. O contexto de redemocratização que o Brasil atravessava no sistema político representativo foi significativo para o surgimento de vários segmentos dos movimentos sociais. Conforme observado por Marcelo Badaró, entre os anos de 1989 a 1999 cresceram as lutas pelos trabalhos regulamentados, nesse momento, diversas categorias mobilizaram-se pelo reconhecimento de suas ocupações (BADARÓ, 2009, p. 126-142).

Percebe-se que nesse contexto de disputas políticas, nas quais algumas lutas foram consolidadas como movimento de trabalhadores e trabalhadoras, as profissionais do sexo continuaram tendo suas problemáticas e pautas colocadas à margem enquanto movimento social, a forte evidência disto seria o fato de até hoje a profissão não ser regulamentada, e sim tolerada. Assim como, suas propostas de projetos de leis e afins ainda são ridicularizadas por deputados, vereadores e demais homens que ainda legislam e prescrevem sobre os corpos de mulheres.

O jornal “Beijo da rua” foi mantido em circulação de 1988 até o ano de 2017, sendo transformado em jornal *online* a partir de 2004. O foco de distribuição consistia nas Associações espalhadas pelo país, e estas eram responsáveis por fazer com que o impresso chegasse nas mãos das trabalhadoras sexuais, assim como da população em



geral, como estudantes de graduação, professores e demais pesquisadores que visitavam as instituições.

Segundo Lenz (2016) o jornal nasceu no contexto de afirmação de identidade cultural e social, para que novos sentidos e representações sejam construídos na sociedade como um todo. Lenz, além de editor do impresso era o companheiro de vida de Gabriela Leite, e logo se tornou um grande colaborador nas lutas dos movimentos sociais de prostitutas no Rio de Janeiro (LENZ, 2016, p. 5).

O jornal também é percebido como um lugar de memória como apontado pelo historiador Gabriel Alencar e Souza, que percebe a criação do jornal como uma possibilidade de propagação de suas falas, de seus projetos e principalmente sua história enquanto movimento social. O historiador destaca que a memória da prostituição e do movimento de prostitutas no Brasil ainda não foi constituída, é nesse contexto que é salientada a importância do jornal “Beijo da rua” para a constituição da história dos movimentos sociais de prostitutas, bem como a sua conservação em acervos para utilização como fonte de pesquisa histórica (SOUZA, 2019, p. 62).

“Prostituição não é caso de polícia”



Imagem 1: Capa da Edição número zero do jornal “O Beijo da Rua”. Disponível: Rede Brasileira de Prostitutas (RDP), Associação de Prostitutas e ex-prostitutas do Amazonas (APAM) e david.org.br



E assim foi intitulada uma das principais notícias da edição zero do jornal “Beijo da rua”. Na capa estampa uma grande mulher, como se o plano de fundo, as casas e as árvores fossem pequeninos frente à imagem principal. No plano principal, ela, a mulher profissional do sexo, como uma grande mulher, uma mulher cheia de mistérios a ser desvendados, um mundo desconhecido para muitos. De vestido e sapato de salto vermelho, entre as pernas uma escada de longos degraus. O jornal é a escada. E esta é o que possibilita o pequeno sujeito de escalar os longos degraus afim de alcançar a mulher, que nesta ótica pode representar “os mundos do trabalho sexual”. Ou seja, o jornal se propõe a ser o caminho para uma nova compreensão sobre a prostituição e suas trabalhadoras. É necessário compreender o universo dessa profissão e suas lutas.

Notícias como: “*Prostituição não é caso de polícia*”, “*O sexo das meninas*”, “*Vida nova no Recife*”, “*Deus e o diabo na zona do mangue*”, “*Gabi*”, “*Poesia*”, “*Prostitutas não vão em massa à zona eleitoral*”, são colocadas ao lado da imagem da capa e que representam boas evidências dos novos valores agregados para as lutas das trabalhadoras do sexo pelo Brasil.

O sujeito que sobe as escadas entre as longas pernas parece não ser muito bem definido, em forma de sombra, pode ser qualquer um que esteja disposto a conhecer o “cosmos” do trabalho sexual e abrir os olhos para mulheres que trabalham, que são de carne e osso, são mães, filhas e tias.

No trabalho de João Carlos de Souza (1995) sobre as lutas dos movimentos sociais por moradia, o autor percebe a importância de estabelecer um diálogo permanente com as fontes, com os sujeitos da investigação. E para isso apresenta uma série de questionamentos que norteiam suas análises e direcionam leitores e leitoras: Como a organização (ou não organização) foi percebida pelos envolvidos? Como se dispuseram na luta por direitos? Os valores e expectativas são reelaborados ou não no novo cotidiano no meio urbano? (SOUZA, 1995, p. 14).

Alguns desses questionamentos são importantes para reflexão sobre as lutas de profissionais do sexo, e percebe-se que o jornal “Beijo da rua” nasce no seio da construção de novos valores no âmbito das lutas de trabalhadoras sexuais. Lembrando Souza (1995), que o processo de construção e incorporação de valores e de cultura é contínuo. Se constitui historicamente pelas experiências do cotidiano. É sob esta ótica de construção de novos valores que surgiu a inspiração para o presente trabalho.



O fazer-se também é refazer-se, e nessa perspectiva observa-se o jornal da categoria de trabalhadoras sexuais como uma forma efetiva de “contra hegemonia”, pois há séculos prostitutas foram expostas na imprensa de forma irônica, desrespeitosa e em sua maioria em páginas policiais, uma imprensa própria se fez necessária para a construção de novos valores e também nova forma de existir e resistir.

Na segunda página do jornal “Beijo da rua” consta poesia de Carlos Drummond de Andrade, intitulada “A Puta” (Beijo da rua, 1988, p.2). Intencionalmente provocativo, pois uma das lutas de Gabriela Leite tratava-se da ressignificação do nome “puta”, um termo pejorativo, contudo, algumas militantes acreditam que atribuir um novo valor ao termo pejorativo seja a melhor forma de enfrentamento. Lourdes Barreto⁶, por exemplo, tatuou em seu braço “eu sou puta” como meio de protesto.



Imagem 2: Páginas 4 e 5 da Edição número zero do jornal “O Beijo da Rua”. Disponível: Rede Brasileira de Prostitutas (RDP), Associação de Prostitutas e ex-prostitutas do Amazonas (APAM) e davida.org.br

A necessidade de construção de novos valores no trabalho sexual fica evidente na página 5 da edição zero do impresso, com o título “Prostituição não é caso de

⁶ Uma das lideranças do Grupo de mulheres prostitutas do Pará - GEMPAC.



polícia”, a nota vem contra argumentar a criminalização da atividade sexual remunerada produzida pelos poderes públicos e legitimada pela grande imprensa.

Um exemplo a ser citado da imprensa convencional é uma edição do jornal amazonense “A Crítica” de 1990, que chamava a atenção das autoridades policiais para a falta de segurança nos portos da cidade. A nota busca evidenciar que nessa região central da cidade de Manaus conviviam carregadores, compradores, passageiros, ladrões, mendigos, bêbados e prostitutas. Denunciava-se a prática do lenocínio, mas o jornal utilizou o termo “prostituição” para se referir à exploração de menores e as associam diretamente como malfeitoras. Não se pode esquecer também que a nota foi intitulada “*Falta de segurança nos portos atrai marginais*”, ou seja, o jornal acredita que assim como os ladrões e assassinos, as prostitutas são criminosas (JORNAL A CRÍTICA, 1990).

É nítida a existência um projeto de desqualificação dessas mulheres, projeto este que vem sendo abraçado pela imprensa brasileira. Como muito bem nos atentou para esta questão as autoras Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), que percebem a imprensa como uma prática integrante e por meio disto produzem e reproduzem formas de pensar e se de comportar, assim como possuem interesses políticos em meio a realidade social.

Como foi observado pela antropóloga argentina Dolores Juliano, a divisão entre mulheres “corretas” e “incorretas” beneficia a perpetuidade do sistema heterocispatriarcal, o estigma da prostituta não tem nada a ver com o que as prostitutas fazem ou deixam de fazer, mas sim é um forte mecanismo de controle de mulheres que não fazem prostituição.

O modelo de esposa e mãe abnegada exige muito sacrifício. Ainda que se diga que a mulher é a rainha do lar, sabemos que não é, que é uma pessoa a serviço de todo mundo. É um modelo tão pouco atraente e com tão pouca recompensa e reconhecimento que a única forma de conseguir que as mulheres se adequem a ele é assegurar a elas que a outra possibilidade é pior (JULIANO, 2002).

O jornal “Beijo da rua”, por sua vez, trata-se de um impresso que rema contra a correnteza dos jornais convencionais - que em alguns casos podem estar aliados a projetos políticos - contudo, ainda assim possuem seus interesses, estes, voltados para o público das trabalhadoras do sexo, suas dificuldades e conquistas políticas.



Neste caso, “construir novos valores” significa romper com os preconceitos e os estigmas historicamente impostos a essas mulheres como nos mostra a ainda tímida historiografia brasileira sobre prostituição.⁷

Retornando as páginas da edição inaugural do jornal “Beijo da Rua”, como é possível observar na imagem anterior, na página 4 na coluna do lado esquerdo, estampa-se um trecho do Código Penal brasileiro, especificamente o Capítulo V “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”, correspondendo aos artigos 227 (Mediação para servir a lascívia de outrem), 228 (favorecimento da prostituição), 229 (casas de prostituição), 230 (rufianismo) e também o Capítulo VI “Do ultraje público ao pudor”, citando o artigo 233 (ato obsceno).

É importante enfatizar que apesar do Código Penal Brasileiro ter sua primeira redação datada em 1940, o Capítulo V intitulado “Do lenocínio e do tráfico de mulheres” teve sua alteração datada no ano de 2005 sob o título “Capítulo V do lenocínio e do tráfico de pessoas” e posteriormente foi revogada em 2009 pela lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, sendo intitulada “Capítulo V - do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”. Fica claro, que tal alteração foi um retrocesso levando em consideração os debates que tratam de desassociar o trabalho sexual do tráfico de mulheres. Pode se perceber também que legislação brasileira na década de 1990 tratou de questões como a exploração de menores e o tráfico de mulheres de forma não aprofundada, sendo exposta apenas na Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990, que considera crime hediondo, isto é, de extrema gravidade, no capítulo “VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável” (BRASIL, Lei nº. 8.072, 1990).

⁷ Referências sobre prostituição na historiografia brasileira: RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite.** Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2008. MENEZES, Lená Medeiros de. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930).** Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1992. Pereira, Ivonete. **As decaídas:** prostituição em Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2004. ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores:** saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840- 1890). São Paulo: Brasiliense, 2004. Fáveri, Marlene de; Silva, Janine Gomes; Pedro, Joana Maria. (Orgs.) **Prostituição em áreas urbanas:** histórias do Tempo Presente. Florianópolis: Editora UDESC, 2010. No que tange a historiografia amazonense sobre prostituição, vale destacar os seguintes autores(as): SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. **Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917.** 2005. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. RODRIGUES, Caroline Souza. **Sombras da Noite:** As mulheres marginalizadas da Belle Époque manauara (1860-1920). 2014. 142f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. **A difícil vida fácil:** o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925). 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas. SILVA, Daisyenne Santos. **Memórias, sociabilidades e resistências:** o trabalho sexual feminino na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 do século XX. 2017. 129f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.



É necessário esclarecer as diferenças entre prostituição, lenocínio e tráfico, em razão de ser possível notarmos certas generalizações em debates que tratam as trabalhadoras do sexo como “vítimas” que exercem tal atividade contra sua vontade. Isto é exploração sexual, também chamado de Lenocínio, criminalizado pelo Código Penal Brasileiro nos artigos 227 a 230, consiste na “mediação para servir a lascívia de outrem”, ou seja, o intermédio da libidinagem alheia implica o favorecimento da exploração sexual, a intermediação e a manutenção de casa de prostituição.

Recentemente o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual foi separado do lenocínio através da revogação pela Lei 13.433/16 de 6 de outubro de 2016, onde incluiu o artigo 149-A, intitulado “Tráfico de pessoas”. A prostituição por sua vez, é uma ocupação, podendo ser exercida por qualquer adulto tido como capaz, não sendo ilegal no Brasil. Contudo, mesmo o trabalho sexual livre não sendo ilegal, ele é criminalizado a partir do momento que se considera crime as atividades de agenciamento, por exemplo. Ou seja, é tirada a liberdade e possibilidade da trabalhadora prosperar na profissão, impedindo essas mulheres de se unirem em grupos e se ajudarem na profissão, o que se tem é o esforço para manter essas trabalhadoras sozinhas nas ruas ou boates, as forçando a viver uma vida de clandestinidade.

A jurista contemporânea Alessandra Margotti, em recente trabalho publicado mostra de forma evidente a inconstitucionalidade na criminalização das atividades que mediatizam a relação prostitucional, tendo em vista que a condenação de tal prática afeta os direitos básicos de mulheres e homens que decidiram por se prostituírem (MARGOTTI, 2017, p. 20-22).

Na citação do jornal, observa-se também do lado direito da página a imagem de uma mulher gritando e algemada à uma árvore, na legenda: “*A prostituta ‘Branquinha’, algemada na 2º D, no Rio de Janeiro, este sim um caso de polícia*”.

Na página 5, intitulada “*Prostituição não é caso de polícia*”, o jornalista Flávio Lenz realiza uma conversa com um ex-secretário de segurança pública, Nilo Batista e um juiz do trabalho Acácio Caldeira, na qual a conversa foi direcionada para as questões das mobilizações em prol das mudanças nas leis que persistem em perseguir as profissionais do sexo, diretamente ou indiretamente.

Embora a prática da prostituição e a permanência de qualquer pessoa em locais públicos não sejam considerados crimes – **o Código Penal prevê penas e multas para quem explora a prostituição e não para quem é prostituta** -, é comum a **perseguição de prostitutas e travestis, maiores e menores de idade, por policiais**. Essas situações, que incluem abusos sexuais, [...]em



delegacias, exigências de propinas e até autuações por vadiagem, têm levados grupos de prostitutas e outras zonas da sociedade a se organizarem para exigir o cumprimento e até propor mudanças na lei. (JORNAL BEIJO DA RUA, 1988. Grifo meu.).

Neste primeiro trecho é possível enxergar contradições claras, principalmente nesse primeiro grifo, “*prevê penas e multas para quem explora a prostituição e não para quem é prostituta*”, chamo de contradição, pois na letra da lei é isto, se prostituir não é crime, contudo o que se vê no cotidiano é uma realidade diferente, pois muitas dessas penalidade recaem mais sob as profissionais do sexo, nas páginas dos jornais convencionais o que fica evidente é a criminalização da prostituta de rua (que alguns chamam de prostituição miserável), ainda não encontrei uma evidência de casas ou empresários da prostituição ou do tráfico de pessoas serem criminalizados ou serem expostos pela polícia e imprensa. Por outro lado, o que mais se observa, são prostitutas desde o começo do século XX sendo expostas por páginas e mais páginas de jornais, perseguição esta que permanece nas páginas dos jornais convencionais do século XXI.

O segundo destaque é o segundo grifo, no qual afirma que “*é comum a perseguição de prostitutas e travestis, maiores e menores de idade, por policiais*”, antes de tudo, entendo que seja difícil para alguns visualizar de forma didática as diferenças e generalizações que ocorrem em relação à prostituição como trabalho, mas o que vemos nessa afirmação é a generalização da atividade e a ação genérica da polícia, que ao invés de proteger crianças e jovens de abusos e violências, as perseguem, quando na verdade elas não estão praticando a prostituição, e sim sendo exploradas sexualmente por adultos, seguindo o pensamento que uma criança não deveria estar trabalhando em lugar algum, muito menos no trabalho sexual.

Afirma o ex-secretário de segurança, que o “*Código Penal vai ser alterado, e que a tendência é a prostituição deixar de ser caso de polícia*”. De fato, o Código Penal ao longo de tempo vem sendo alterado de forma inevitável, pois problemático seria se até hoje mantivéssemos o Código de 1940. Sobre a prostituição deixar de ser caso de polícia, podemos contradizer o ex-secretário, no ponto de vista que as atividades que mediatizam ainda permanecem criminalizadas, algo que indiretamente e/ou diretamente criminaliza também as profissionais do sexo.

A nota publicada na página 5 do jornal ainda tece mais problemáticas em torno da “legislação incoerente” sobre o trabalho sexual:



“O capítulo V do Código Penal, “Do lenocínio e do tráfico de mulheres” é o melhor exemplo de uma legislação incoerente. **Ele enquadra os exploradores da prostituição de uma maneira tão confusa que uma professora estadual, por exemplo, pode ser enquadrada como exploradora se tiver um aluno filho de prostituta vivendo com a mãe e não denunciar este fato a polícia**”. Esta afirmação indignada é de **Gabriela Silva Leite**, coordenadora do programa ‘Prostituição e Direitos Civis’ do ISER, e foi feita durante uma manifestação de prostitutas de Campinas (SP), em junho, quando as **mulheres denunciaram a volta da violência policial as ruas**. Relatando as humilhações por que passam, como o espancamento pelo uso de minibusas ou a procura de drogas dentro de suas calças, **as mulheres falaram também sobre a criação de uma associação local de prostitutas, como as já existentes no Rio de Janeiro, Juazeiro, Vitória e Belém do Pará, para lutar contra a violência policial e a confusão da lei**. Ao lado delas, Gabriela defendeu uma organização para enfrentar essas questões e desenvolver trabalhos ligados à saúde e à educação. (JORNAL BEIJO DA RUA, 1988. Grifo meu.)

Os empresários da exploração sexual dificilmente são expostos e penalizados por suas práticas criminosas, pois a lei é tão superficial que acaba recaindo ao dobro em quem se prostitui e amarra as mãos dessas pessoas que de certa forma são empurradas para a violência das ruas e são impedidas de se unirem de forma mais colaborativas, afim de não se submeterem às boates ou cafetinas (ou cafetões), se um grupo de trabalhadoras sexuais montarem uma casa para se prostituírem de forma mais autônoma, nossa legislação enquadra isso nos artigos 227, 228, 229 e 230 do Código Penal.

Como o jornal nasce de dentro da categoria de trabalhadoras sexuais, entendo que a intenção do impresso seja visibilizar as lutas e principalmente visibilizar as ações realizadas pelo Brasil para formação de lideranças e abertura de associações pelo país, nesse sentido, busca-se construir além dos novos valores, construir uma identidade de movimento social e evidenciar suas contradições e a necessidade de novos olhares para a prática da profissão e seu reconhecimento como tal.

Considerações Finais

O jornal “Beijo da rua” desde a sua fundação se configurou como uma forma de enfrentamento dos estigmas e de construção de uma identidade enquanto trabalhadoras que se organizam e se mobilizam na luta pelo reconhecimento da profissão. Mais que isso, era necessário tornar o movimento visível para a sociedade.

Esta primeira edição aqui estudada demonstra a valorização das experiências de mulheres trabalhadoras do sexo, na tentativa de romper com os estigmas que fazem com que algumas mulheres se envergonhem de suas atividades e mantém seus trabalhos em segredo de seus familiares, amigos e vizinhos. Percebe-se, portanto, o jornal como um



forte instrumento dos movimentos sociais de prostitutas no Brasil, para informar não apenas o público de trabalhadoras, mas a sociedade em geral.

Esta edição - assim como as posteriores - viajou boa parte do Brasil para que pudesse chegar nas Associações locais, como chegou na *As Amazonas* em Manaus, e alcançou parte importante das trabalhadoras do sexo da cidade, que por meio do jornal puderam perceber a grandeza dos movimentos sociais de prostitutas no Brasil.

A luta é constante, como alerta Maria do Rosário da Cunha Peixoto (1990) em “O trem da história”. Peixoto mostra em seu trabalho que as lutas dos movimentos sociais consistem em lutas contínuas, sem “finais felizes” ou “paraísos”, e em qualquer momento as conquistas podem ser subtraídas, enfatizando o caráter contínuo dessas lutas sociais.

Data de Submissão: 24/05/2021

Data de Aceite: 08/08/2021

Referências

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador:** conversas sobre História e Imprensa. In: **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N.35. São Paulo: EDUC, 2007, pp. 258-262.

JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro.** Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

LENZ, Flávio; ANDRADE, Ana Beatriz; AQUINO, Henrique Perazzi. **Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas.** In: **Anais da X Conferência Brasileira de mídia cidadã e V Conferência Sul-Americana de mídia cidadã.** Unesp/FAAC. Bauru-SP. 22-24 de abril de 2015. Disponível: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/beijo-da-rua-um-jornal-com-a-voz-das-prostitutas-20233>. Acesso em: 03/02/2020.

_____. **Transgressões no imaginário da prostituição nos desfiles-trottoir da grife Daspu.** 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARGOTTI, Alessandra. **Direito à prostituição:** Legalização do lenocínio no Brasil. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.



PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **O Trem da História.** A aliança PCB/CSCB/O Paiz. Editora: Marco Zero, São Paulo, 1990.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser.** Editora Zahar, Rio de Janeiro. 1981.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOUZA, Gabriel Alencar e. **“Fala mulher, da vida”:** Representações da prostituição no jornal *Beijo da rua*. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação:** A construção de novos valores. EDUC, São Paulo: 1995.